

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 50.180 - RN (2014/0189970-1)**

## **VOTO-VISTA**

### **O EXMO. SR. MINISTRO FELIX FISCHER:**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por **Fernando Antônio da Câmara Freire**, contra acórdão do c. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte no HC nº 2014.005664-6 que manteve a proibição de apelar em liberdade e decretação da prisão provisória do recorrente.

Na sentença proferida na ação penal nº 0000417-11.2006.8.20.0001 o MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal de Natal condenou o recorrente em abril de 2014 a 10 anos de reclusão no regime inicial fechado por ofensa aos artigos 312, *caput*, seis vezes, c. c. art. 71 c. c. art. 327 § 2º, 299, *caput*, seis vezes e parágrafo único c.c. art. 71 todos do CP.

O MM. Juiz sentenciante fundamentou da seguinte forma:

**" 32. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE**

(...)

*Às fls. 05/26 - 4º Vol., o Ministério Público requereu a decretação da prisão preventiva do acusado FERNANDO ANTÔNIO DA CÂMARA FREIRE argüindo que o mesmo encontra-se em local incerto, haja vista o insucesso na tentativa de sua intimação pessoal, nos autos da Ação Penal nº 0242714-15.2007.8.20.0001, em trâmite junto à 8ª Vara Criminal, oportunidade na qual foi constatado que o denunciado mudou-se sem deixar qualquer informação acerca de seu novo paradeiro, assim requer a prisão preventiva por entender por ser medida de indeclinável necessidade à aplicação da lei penal, nos termos do artigo 311 e 312, ambos do Código de Processo Penal.*

*Nos termos da Lei Nº 12.736/2012, que deu nova redação ao art. 387, o juiz decidira, fundamentadamente, sobre a manutenção ou , se for o caso,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento de apelação que vier a ser interposta.*

*No caso, conforme consulta no SAJ, verifica-se que nos autos do proc. 0242714-15.2007.8.20.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário (Var: 8ª Vara Criminal - Natal) houve reconhecimento da revelia, inclusive com aplicação de medidas cautelares.*

*Nesses termos, nego a [FERNANDO] ANTÔNIO DA CÂMARA FREIRE o direito de recorrer [em liberdade] em razão de ter sido fixado o REGIME FECHADO e por verificado que o sentenciado não atualizou o endereço, não tendo até o momento feito qualquer comunicação a este juízo de seu paradeiro." (e-STJ, fls. 33/34).*

O acórdão da c. Câmara Criminal do e. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, por unanimidade, conheceu e denegou a ordem de *habeas corpus*.

Complementando as razões expostas na sentença, o acórdão fundamentou:

*"(...) o paciente por várias vezes ofereceu, de fato, o seu endereço nos autos ação penal nº 0000417-11.2006.8.20.0001, porém em nenhum dos endereços ali indicados pelo paciente foi possível localizá-lo para fins de intimação.*

*Pelo exposto, verifico que o paciente se utilizou de várias formas de retardar o andamento processual no processo de origem sob o nº 0000417-11.2006.8.20.0001, uma vez que movimentou o Poder Judiciário para proceder à intimação do sentenciado pelas vias adequadas no ordenamento jurídico, mas que todas restaram infrutíferas, ou melhor, os endereços fornecidos foram insuficientes para efetivar a intimação do sentenciado." (e- STJ, fls. 103/104).*

Com **quatro mandados de prisão preventiva expedidos** (Processos nºs: 000417,11,2006. 0004284-70,2010; 0028191-84.20014; e 0007315-74.2005), o recorrente foi preso no dia 25/07/2015, na cidade do Rio de Janeiro/RJ (e-STJ, fl. 185)

Processo da relatoria do e. Min. Newton Trisotto (Desembargador Convocado do TJ/SC) que negou-lhe provimento na sessão de julgamento de 18/08/2015 (e-STJ, fl. 207).

# Superior Tribunal de Justiça

Após o pedido de vista, na sessão de julgamento de 08/09/2015 o e. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) deu provimento ao recurso, oportunidade em que pedi vista.

## **Breve relatório.**

## **Passo a decidir.**

Com a devida *venia* da divergência, **acompanho o relator para negar provimento ao recurso.**

Anoto, em primeiro lugar que tanto a decisão do MM. juiz sentenciante da ação penal nº 0000417-11.2006.8.20.0001, como o acórdão da Câmara Criminal estão bem fundamentadas, conforme já transcrito acima.

Outrossim, de acordo com pesquisa por nome no Portal de Serviços do e. TJ/RN - e-SAJ-, o recorrente conta com pelo menos mais de 15 ações penais, e uma quantidade significativa e ações civis de improbidade administrativa.

Sem contar com a condenação que originou o presente recurso, o recorrente possui **nove condenações, nos seguintes processos, com as respectivas penas corporais:**

- 1) **Proc. 0007315-74.2005: 9 anos, 1 mês e 29 dias de reclusão (16/7/2015) posterior à sentença de primeiro grau;**
- 2) **Proc. 0242714-15.2007: 4 anos de reclusão (09/10/2013);**
- 3) **005501-90.2006: 6 anos e 6 meses de reclusão (18/10/2013);**
- 4) **0028707-36.2006: 8 anos, 10 meses 20 dias de reclusão (13/09/2013);**
- 5) **0023459-26.2005: 6 anos, 2 meses e 20 dias (12/12/2011);**
- 6) **0023460-11.2005: 84 anos de reclusão (17/10/2011);**
- 7) **0011497-06.2005: 5 anos, 4 meses e 32 dias de reclusão (18/10/2011);**
- 8) **0028191-84.2004: 8 anos, 10 meses e 17 dias (26/9/2013);**
- 9) **0016552-11.2000: 7 anos e 7 meses de reclusão (08/01/2014).**

Observe-se que são **dez condenações**. Note-se que apesar de ter fornecido em alguns destes processos dois endereços em Brasília, o recorrente não foi encontrado.

E, também, de acordo com as informações da prisão constantes da petição do

# *Superior Tribunal de Justiça*

MP/RN de fls. 209-254 o recorrente não informou a Justiça que estava residindo no Rio de Janeiro em apartamento em nome de terceiro.

Ao que tudo indica, o número crescente de condenações justifica a prisão para a aplicação da lei penal, já que o recorrente não forneceu endereço real nas ações penais que respondia.

Por fim, ressalto que em recente julgamento o e. Supremo Tribunal Federal em caso similar já decidiu que ***"o fato de o recorrente ter aguardado solto por todo o período da instrução criminal não exime o Poder Judiciário de resguardar a ordem pública, sobretudo depois de um julgamento condenatório, precedido por amplo contraditório e no qual as provas foram avaliadas sob o crivo da imparcialidade"***. (HC nº 126931/MS, 1ª Turma, Rel. Min. Rosa Weber, DJ-e 122, de 23/06/2015).

Ante o exposto, **nego provimento ao recurso.**

